

編號：第 578/2014 號 (刑事上訴案)

上訴人：A 物業管理有限公司

日期：2016 年 2 月 4 日

主要法律問題：

- 《勞動關係法》第 86 條第 1 款的免除制度
- 審查證據方面的明顯錯誤

摘 要

1. 《勞資關係法》第 86 條第 1 款中所指上訴人履行載於欠款計算表內的金錢債務時，指的金錢債務應理解為每一違法行為所產生的及對應的債務。因此，免除處罰的範圍亦應以每一項違法行為相對應。

2. 有關的文件是在勞工局進行調查期間由上訴人向該局提供的，為此，卷宗內沒有資料顯示該等文件的取得或附入卷宗是透過《刑事訴訟法典》第 113 條規定的禁用證據方法而取得。

雖然有關的文件僅僅為副本，然而，卷宗內亦未顯示該等文件透過侵入私人生活而獲得，且被上訴判決亦未曾就該文件之獲得是否屬刑法上的非法作出肯定性的宣示，為此，亦不符合《刑事訴訟法典》第 153 條第 1 款規定，排除該等文件接納作為證據的情況。

因此，第 124 頁至第 168 頁之文件完全具備成為證據的條件，原審法庭應對其內容進行評價。另一方面，即使原審法庭對該等文件的真偽作出質疑，亦應根據《刑事訴訟法典》第 155 條的規定來處理，

而非簡單排除其作為證據。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 578/2014 號 (刑事上訴案)

上訴人：A 物業管理有限公司

日期：2016 年 2 月 4 日

一、案情敘述

於 2014 年 7 月 4 日，上訴人 A 物業管理有限公司(嫌疑人)在初級法院刑事法庭第 LB1-14-0045-LCT 號卷宗內被裁定觸犯：

- 一項第 21/2009 號法律《聘用外地僱員法》第 20 條結合第 7/2008 號法律《勞動關係法》第 45 條第 2 款及第 85 條第 3 款第 2 項所規定及處罰的輕微違反，被判處澳門幣陸仟圓 (MOP6,000.00)之罰金；
- 一項第 21/2009 號法律《聘用外地僱員法》第 20 條結合第 7/2008 號法律《勞動關係法》第 37 條第 1 款及第 85 條第 3 款第 2 項所定及處罰的輕微違反，被判處澳門幣捌仟圓 (MOP8,000.00)之罰金；
- 兩項輕微違反並罰，合共被判處澳門壹萬肆仟圓 (MOP14,000.00)之罰金。
- 被判處向員工 B 支付澳門幣壹拾陸萬捌仟零柒拾捌圓捌角 (MOP168,078.80)之超時工作補償，以及自本判決作出至完全

付清為止之法定利息。

上訴人不服，向本院提起上訴，並提出了相關上訴理由。¹

¹其葡文結論內容如下：

1. Antes da remessa dos autos a tribunal já a Arguida tinha pago a compensação pelos feriados obrigatórios, pelo que face ao artigo 8/5 do Regulamento Administrativo n.º 26/2008, não há lugar ao pagamento de multa pela contravenção relativa à compensação pelos feriados obrigatórios, devendo a sentença recorrida ser, nessa parte, revogada, com as legais consequências.
2. A fundamentação usada para excluir os documentos de fls.124 a 168 como meio de prova em juízo não se inscreve na hipótese do artigo 155/1 ou do 133.º do CPP, pelo que não existe disposição legal que exclua a força probatória material desses documentos ou que impeça a sua apreciação nos termos do artigo 114 do CPP.
3. Tinham, pois, os documentos de fls. 124 a 168 de ter sido apreciados segundo as regras da experiência e utilizados como meio de prova em juízo, nem que fosse para, em conjugação com o depoimento do C, obstar que a convicção do Tribunal *a quo* se tivesse formado para além de toda a dúvida razoável.
4. Se confrontarmos os meios de prova favoráveis à pretensão do queixoso, ou seja, as suas próprias declarações e o depoimento do D com os meios de prova de sinal contrário, ou seja, os documentos de fls, 124 a 168 e o depoimento do C, afigura-se mais “mais provável do que não” a factualidade relatada pelo D e representada nos documentos assinados pelo queixoso, por ser esse o padrão de prova exigível à Arguida para demonstração da factualidade que lhe é favorável.
5. Acresce que a Arguida fez a contraprova dos factos que lhe foram imputados na sentença recorrida, contraprova essa que obstava a que a convicção do Tribunal *a quo* se revestisse de uma probabilidade que roçasse a certeza ou que fosse para além de toda a dúvida razoável.
6. Outra devia ter sido a decisão sobre os factos provados nos ultimos 4 parágrafos de fls. 471 da sentença a matéria por não ser possível, face ao princípio da presunção da inocência plasmado no artigo 29.º da Lei Básica e aos graus de convicção necessários para a decisão ínsitos no regime do artigo 114.º do CPP, a formulação de um juízo de certeza para além de toda a dúvida razoável quanto aos factos em que assenta a condenação da Arguida.
7. Por outro lado, não procede nenhum dos quatro argumentos em que assenta a sentença recorrida.
8. O primeiro argumento referido no parágrafo da 18a linha da folha 471v. da sentença recorrida não faz pender o fiel da balança a favor da pretensão do B, porque os depoimentos do D e do C são manifestamente contraditórios e irreconciliáveis, como que se anulando um ao outro, sendo impossível optar pelo primeiro em detrimento do segundo, por o segundo se encontrar corroborado pelos documentos de fls, de fls. 124 a 168, o que, no mínimo, impede a formulação de um juízo de certeza contra a Arguida para além de toda a dúvida razoável.
9. O mesmo se diga em relação ao segundo argumento referido no parágrafo da 21a linha da folha 471v. da sentença recorrida, dado ser impossível retirar a conclusão de que o que oB trabalhava durante 12 horas seguidas sem descanso, pelo facto de o empregador não manter um registo escrito dos períodos de descanso do pessoal durante cada dia de trabalho.

檢察院對上訴人的上訴作出了答覆，並提出下列理據(結論部分)：

1. 按照卷宗第 18 及 20 頁以及勞工局督察證人證言，清楚顯示了上訴人於本案勞資糾紛筆錄送交法院前，已按照勞工

-
10. Quanto ao terceiro argumento referido no parágrafo da 22a linha da folha 471v. da sentença recorrida, ficam por enunciar as razões objectivas que levaram o Tribunal *a quo* a concluir que o depoimento da testemunha C foi obviamente ilógico e não merecedor de credibilidade.
 11. Quanto ao quarto argumento referido no parágrafo da 24a linha da folha 471v. da sentença recorrida, o mesmo assenta em erro de direito, designadamente, por violação dos artigos 153/3 e 321/1 (dever da averiguação da verdade material) do CPP quanto ao valor probatório dos documentos de fls. 124 a 168 , e dos artigos 112, 155/1 e 113 (estes dois últimos a contrario) quanto à sua admissibilidade em juízo, por apenas nessas situações ser consentido ao tribunal não fazer uso de determinado meio de prova existente nos autos.
 12. Não há, pois, lugar ao pagamento de multa e indemnização pelo não pagamento do trabalho extraordinário, devendo a sentença recorrida ser, nessa parte, revogada, com as legais consequências.
 13. Caso assim não se entenda, sempre haveria lugar ao reenvio do processo.
 14. Isto porque o Tribunal *a quo* não admitiu os documentos de fls. 124 a 168 como meio de prova sem antes ter procedido ao apuramento dos factos relativos à sua falsidade.
 15. Sucede que a questão da falsidade dos documentos de fls. 124 a 168 se trata de uma verdadeira questão prejudicial cuja resolução era essencial para o apuramento dos elementos constitutivos da infracção, na medida em que, a não se provarem falsos, tais documento teriam demonstrado ou decisivamente concorrido para demonstrar que oBrealmente descansava 4 horas em cada dia de trabalho, não tendo, por isso direito ao pagamento de trabalho extraordinário.
 16. Há, pois, insuficiência da matéria de facto provada para a decisão, pelo que, face ao disposto no artigo 418/1 do CPP, se requer o reenvio do processo para novo julgamento relativamente à questão da falsidade dos documentos de fls. 124 a 168 e, por conseguinte, da sua admissibilidade como meio de prova em juízo.
 17. Por último, ainda que não se entenda determinar o reenvio do processo à primeira instância, importa prevenir o escusado risco de os factos que servirem de fundamento à condenação no presente processo serem inconciliáveis com os que se vierem a comprovar no processo-crime, ora na fase de inquérito, que, sob o n.º 10918/2013, se encontra pendente na 3.a Secção do Serviço de Acção Penal.
 18. Isto, por dessa eventual oposição resultarem graves dúvidas sobre a justiça da condenação, o que, a verificar-se, põe em causa os princípios da certeza e da segurança jurídicas, dando azo à revisão da sentença transitada em julgado.
 19. Pelo que, a não se optar pelo reenvio, haverá de suspender-se instância de recurso enquanto no inquérito 10918/2013, 3.a Secção, do Serviço de Acção Penal, se resolve a questão da falsidade dos documentos fls. 124 a 168.

TERMOS em que deverá ser dado provimento ao recurso, com as legais consequências.

局計算表將拖欠受害工人強制性假期賠償存款入該局指定的帳戶，履行上述名義的金錢債務。

2. 為此，指控上訴人觸犯一項第 21/2009 號法律《聘用外地僱員法》第 20 條配合第 7/2008 號法律《勞動關係法》第 45 條第 2 款及第 85 條第 3 款第 2 項的輕微違反〈即拖欠僱員強制性假期賠償〉，因符合後一法律第 86 條第 1 款的前提，應予判處輕微違反成立但獲免除處罰。
3. 本案並未顯示卷宗第 124 至 168 頁文件透過《刑事訴訟法典》第 113 條規定的禁用證據方法而取得。
4. 而且，雖然上述文件僅僅為副本，然而，卷宗內未顯示該等文件透過侵入私人生活而獲得，且被上訴判決亦未曾就該文件之獲得是否屬刑法上的非法作出宣示，為此，亦不適用《刑事訴訟法典》第 153 條第 1 款規定，排除該等文件接納作為證據。
5. 由於上述文件並未獲接納為證據，違反了《刑事訴訟法典》第 112 條的證據自由原則，從而，在涉及超時工作輕微違反的事實判斷上，基於違反上述確定證據價值規則導致存在同一法典第 400 條第 2 款 c)項的審查證據的明顯錯誤。
6. 我們認為應按照上述法典第 418 條第 1 款之規定，針對超時工作的輕微違反部份發回重審。

綜上所述，請求尊敬的中級法院法官閣下：

1. 判處上訴理由部份成立，廢止被上訴判決關於上訴人因觸犯一項第 21/2009 號法律《聘用外地僱員法》第 20 條配合第 7/2008 號法律《勞動關係法》第 45 條第 2 款及第 85 條第 3 款第 2 項的輕微違反〈即拖欠僱員強制性假期賠償〉

而科處的罰金；及

2. 就上訴人被指控拖欠受害工人超時工作賠償的輕微違反部份發回重新審判。

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，同意檢察院司法官在其對上訴理由闡述的答覆中所提出的觀點和論據，認為上訴理由成立，應根據《刑事訴訟法典》第 418 條第 1 款之規定，就針對卷宗內涉及超時工作部分的輕微違反發回重審。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 受害員工 B，持編號為 XXX 之中國往來港澳通行證，聯絡地址為中國廣東省 XXX，聯絡電話為 XXX。於 2008 年 1 月 22 日起受僱於嫌疑人，最後工作日期為 2013 年 8 月 23 日，職位為管理員；
2. 上述員工在聽從嫌疑人的工作指令、指揮及領導下工作；
3. 於 2008 年 1 月 22 日至 2008 年 12 月 31 日期間，上述員工之工資為月薪澳門幣 3750 元；
4. 於 2009 年 1 月 1 日至 2009 年 3 月 31 日期間，上述員工之

工資為月薪澳門幣 4200 元；

5. 於 2009 年 4 月 1 日至 2009 年 11 月 30 日期間，上述員工之工資為月薪澳門幣 4500 元；
6. 於 2009 年 12 月 1 日至 2010 年 12 月 31 日期間，上述員工之工資為月薪澳門幣 4150 元；
7. 於 2011 年 1 月 1 日至 2011 年 11 月 30 日期間，上述員工之工資為月薪澳門幣 4150 元，交通津貼為每月澳門幣 200 元；
8. 於 2011 年 12 月 1 日至 2012 年 9 月 30 日期間，上述員工之工資為月薪澳門幣 4250 元，交通津貼為每月澳門幣 200 元；
9. 於 2012 年 10 月 1 日至 2013 年 8 月 23 日期間，上述員工之工資為月薪澳門幣 5000 元，交通津貼為每月澳門幣 200 元；
10. 上述員工於 2013 年 7 月 26 日向勞工局作出投訴；
11. 於在職期間，上述員工曾在以下強制性假日為嫌疑人提供工作：

2008 年：2 月 7 日、2 月 8 日、2 月 9 日、5 月 1 日、10 月 1 日；

2009 年：1 月 1 日、1 月 26 日、1 月 27 日、1 月 28 日、5 月 1 日、10 月 1 日、12 月 20 日；

2010 年：1 月 1 日、2 月 14 日、2 月 15 日、2 月 16 日、5 月 1 日、9 月 23 日、10 月 1 日、10 月 16 日、12 月 20 日；

2011 年：2 月 3 日、2 月 4 日、2 月 5 日、5 月 1 日、9 月 13 日、10 月 1 日、10 月 5 日、12 月 20 日；

2012 年：1 月 1 日、1 月 23 日、1 月 24 日、1 月 25 日、4 月 4 日、5 月 1 日、10 月 1 日、10 月 23 日、12 月 20 日；

2013 年：2 月 11 日、2 月 12 日、4 月 4 日；

12. 但嫌疑人只向上述員工作出一天的補假，而沒有向上述員工支付相當於額外一日報酬的強制性假日補償；
 13. 於在職期間，上此員工每天工作一更，每一更的工作時間為 12 小時；
 14. 然而，嫌疑人沒有向上述員工支付每天 4 小時之超時工作補償；
 15. 嫌疑人在自由自願及有意識情況下，明知法律不容許而作出上述違例行為。
- 此外，還證明以下事實：
16. 受害員工於 2014 年 06 月 25 日受領澳門幣 9,826 元，其中澳門幣 5,859.30 元為 2008 年至 2013 年期間的強制性假日補償，其餘金額為嫌疑人欠付之工資。

未獲證明的事實：控訴書中與上述已證事實不符的其他事實。

三、法律方面

上訴涉及下列問題：

- 《勞動關係法》第 86 條第 1 款的免除制度
- 審查證據方面的明顯錯誤

1. 上訴人認為其已接納拖欠受害工人強制性假期的賠償，但是原審法院沒有免除這輕微違反的罰金，違反了《勞動關係法》第 86 條第 1 款的規定。

《勞動關係法》第 86 條第 1 款的規定：

“一、倘輕微違反行為涉及僱員的債權，且在有關筆錄送交法院前，嫌疑人已履行載於欠款計算表內的金錢債務，則獲免除繳納罰金。”

本案中，在有關筆錄送交法院前，上訴人已支付受害員工強制性假期賠償合共澳門幣 5,859.3 圓(參看卷宗第 2、18 及 20 背頁)。

但是，原審法院認為上訴人應按計算表支付兩項輕微違反所涉及的全部款項，包括勞資雙方有爭議的部分，而上訴人只支付其中一部分債務並不符合《勞資關係法》第 86 條第 1 款規定，因此，不接納上訴人免除繳納罰金。

這問題上，本院同意助理檢察長在其意見書中的見解：

“我們認為，要判斷原審法院的決定是否正確，必須從理解《勞資關係法》第 86 條第 1 款的立法意圖開始。不要忘記，我們正在處理的是立法者一貫以來都非常重視的勞資關係，而在這當中，為勞動者提供最基本的權利及保障是貫徹整個勞資關係法的核心思想。正因如此，立法者創設了《勞資關係法》第 86 條第 1 款的“自動繳納”機制，目的不單是容許，更應該說是鼓勵違例者，當意識到發生了違反勞資關係法當中的若干規定，並願意承擔從中所衍生屬於勞動者的債權時，法律容許免除繳納由輕微違反行為所產生的罰金。

這種法律規定所帶來的好處可以說是三方面的。首先，作為受害人一方的勞動者而言，可以擺脫冗長的法律程序，在短時間內獲得

應收取的賠償，確保了不會因為與僱主之間經濟地位方面的不對等所帶來的沉重經濟壓力；其次，對於僱主而言亦可以免除了違法行為所必然產生的罰金責任；最後，亦可提高訴訟效率，例如與本案所發生的情況一樣，當涉及兩個或以上的輕微違反行為，倘若當中的某部分勞資雙方已經沒有任何異議，應該容許資方自願繳納就相關部分所產生的，屬於勞動者之債權，這樣，更可以把原本的訴訟標的縮少，從而提高了審判效率。”

《勞資關係法》第 86 條第 1 款中所指上訴人履行載於欠款計算表內的金錢債務時，指的金錢債務應理解為每一違法行為所產生的及對應的債務。因此，免除處罰的範圍亦應以每一項違法行為相對應。

故此，上訴人的上述上訴理由成立，廢止原審判處上訴人觸犯一項第 21/2009 號法律第 20 條配合第 7/2008 號法律第 45 條及第 85 條第 3 款第 2 項的輕微違反(即拖欠僱員強制性假期賠償)的裁決。

2. 另一方面，原審法院認為卷宗第 124 至 168 頁之文件僅為副本，且受害員工否認有關簽名，故不採納為證據，上訴人認為原審法院上述理解錯誤，且，原審法院在審查證據方面明顯存在錯誤，因而被上訴判決沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定的瑕疵。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定，上訴亦得以審查證據方面明顯有錯誤為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決中認定：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

審查證據方面，原審法院在事實的判斷中作出如下說明：

“本院根據卷宗所載的文件、勞工事務局督察、受害員工及其餘證人的證言而形成心證。

勞工事務局督察客觀及清楚地描述了案件調查的經過及相關結果。

受害員工指出其當夜更工作，其每天均工作 12 小時，期間不准離開大廈，也沒有休息時間。

證人 C 指出公司的外僱在每天工作期間可休息或外出 4 小時，無須打卡，但不能遲到或早退，公司本地員工則須每日工作 12 小時而不能休息或外出，這是因為公司對外僱及本地員工的待遇不同，且前者的薪金高於後者，其還表示不知夜更的情況。

證人 D 的證言與受害員工基本一致，其指出公司對本地員工與外僱相同待遇。同時其指出夜更員工可小休或用膳 1 至 2 小時，但期間不准離開大廈。

卷宗第 328 至 374 頁之文件顯示受害員工每天工作 12 小時。

經分析上述證據，證人 C 的證言明顯不合邏輯，且與嫌疑人之另一證人 D 之證言明顯不一致，故前者之證言並不可信。

同時，卷宗第 124 至 168 頁之文件僅為副本，且受害員工否認

有關簽名的真實性，故不採納為證據。

卷宗文件及勞工事務局督察及受害員工之證言顯示後者已收取強制性假日之補償。

綜合上述分析，本院認為證據充分，足以認定上述事實。”

《刑事訴訟法典》第 112 條規定：

“凡非為法律所禁止之證據，均為可採納者。”

《刑事訴訟法典》第 113 條規定：

“一、透過酷刑或脅迫，又或一般侵犯人之身體或精神之完整性而獲得之證據，均為無效，且不得使用。

二、利用下列手段獲得之證據，即使獲有關之人同意，亦屬侵犯人之身體或精神之完整性：

a) 以虐待、傷害身體、使用任何性質之手段、催眠又或施以殘忍或欺騙之手段，擾亂意思之自由或作出決定之自由；

b) 以任何手段擾亂記憶能力或評估能力；

c) 在法律容許之情況及限度以外使用武力；

d) 以法律不容許之措施作威脅，以及以拒絕或限制給予依法獲得之利益作威脅；

e) 承諾給予法律不容許之利益。

三、在未經有關權利人同意下，透過侵入私人生活、住所、函件或電訊而獲得之證據，亦為無效，但屬法律規定之情況除外。

四、如使用本條所指獲得證據之方法係構成犯罪，則該等證據得僅用以對該犯罪之行為人進行追訴。”

《刑事訴訟法典》第 151 條規定：

“一、文件應於偵查或預審進行期間附於卷宗；如此為不可能，應在聽證終結前附同。

二、在任何情況下，均須確保有可能進行辯論，而法院得給予不超逾十日之期間以進行辯論。

三、以上兩款之規定，相應適用於律師、法學家或技術人員之意見書，該等意見書得在聽證終結前任何時刻附於卷宗。”

《刑事訴訟法典》第 153 條規定：

“一、以攝影、錄影、錄音或以電子程序複製之物，以及一般而言，任何機械複製物，僅當依據刑法其非為不法時，方得作為證明事實或證明被複製之物之證據。

二、為着上款之規定之效力，遵照本卷第三編規定之機械複製物尤其不視為不法。

三、如不能將文件之原本附於或繼續存於筆錄，而只能將其機械複製物附於或繼續存於筆錄，則只要其在同一或另一訴訟程序中已被認定為與原本相同，即具有與原本相同之證據價值，但不影響以上兩款之規定之適用。”

按照卷宗第 120 至 121 頁，載於卷宗第 124 至 168 頁之文件是在勞工局進行調查期間由上訴人向該局提供的，為此，卷宗內沒有資料顯示該等文件的取得或附入卷宗是透過《刑事訴訟法典》第 113 條規定的禁用證據方法而取得。

雖然有關的文件僅僅為副本，然而，卷宗內亦未顯示該等文件透過侵入私人生活而獲得，且被上訴判決亦未曾就該文件之獲得是否屬刑法上的非法作出肯定性的宣示，為此，亦不符合《刑事訴訟法典》

第 153 條第 1 款規定，排除該等文件接納作為證據的情況。

因此，第 124 頁至第 168 頁之文件完全具備成為證據的條件，原審法庭應對其內容進行評價。另一方面，即使原審法庭對該等文件的真偽作出質疑，亦應根據《刑事訴訟法典》第 155 條的規定來處理，而非簡單排除其作為證據。

原審法院在未完全掌握卷宗內所有證據的情況下，從其他的證據當中形成了事實的心證，明顯地，這個心證在形成的過程上是沾有瑕疵的。

故此，原審判決所作出的裁判確實存有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項所規定的在審查證據方面的明顯錯誤的瑕疵，應按照《刑事訴訟法典》第 418 條規定將卷宗送回初級法院，以便對上訴人被指控拖欠有關員工超時工作賠償的輕微違反部分重新審判。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人的上訴理由成立。

廢止原審判處上訴人觸犯一項第 21/2009 號法律第 20 條配合第 7/2008 號法律第 45 條及第 85 條第 3 款第 2 項的輕微違反(即拖欠僱員強制性假期賠償)的裁決。

將卷宗送回初級法院，以便由另一合議庭對上訴人被指控拖欠有關員工超時工作賠償的輕微違反部分重新審判。

本上訴不科處訴訟費用。
著令通知。

2016 年 2 月 4 日

譚曉華 (裁判書製作人)

蔡武彬 (第一助審法官)

司徒民正 (第二助審法官)